

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Economia

Michele Bee¹
Ivan Prates Sternick²

Sem nenhuma necessidade:
a crítica de Smith à concepção de sociabilidade de Pufendorf

Resumo

Hutcheson e Smith viam na obra de Pufendorf a ideia de que a sociabilidade é anterior ao governo e se funda na indigência e impotência naturais dos seres humanos. A sociabilidade surgiria da necessidade da cooperação para garantir a autopreservação. A ideia de uma sociabilidade anterior ao governo era também crucial à concepção da sociedade de Smith. Contudo, Smith buscou revisar as premissas de Pufendorf a respeito da natureza humana, pois, tal como Hutcheson, ele as considerava muito próximas do egoísmo moral de Hobbes. Busca-se mostrar que, para Smith, a sociabilidade não surge das necessidades, mas do desejo por reconhecimento.

Palavras-chave: Sociabilidade; Filosofia Moral; Adam Smith; Francis Hutcheson; Samuel Pufendorf;

Área Temática: 3. História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Belo Horizonte

¹ Professor visitante do Cedeplar/UFMG.

² Doutorando pelo Cedeplar/UFMG e bolsista da FAPEMIG.

2022

Sem nenhuma necessidade: a crítica de Smith à concepção de sociabilidade de Pufendorf**Introdução**

Este artigo busca mostrar que a teoria da sociabilidade de Adam Smith pode ser entendida como uma crítica à ideia de que a sociedade surge da indigência e do desamparo do homem. Essa visão era atribuída por alguns filósofos do Iluminismo Escocês ao jurista prussiano Samuel Pufendorf (1632-1694), cuja obra era referência nos cursos de jurisprudência em Glasgow no século XVIII³. Em sua crítica a Thomas Hobbes, Pufendorf teria concebido uma sociabilidade baseada no amor-próprio de forma analiticamente independente e logicamente anterior ao Estado e às leis (Hont, 1987). Esta sociabilidade seria derivada da necessidade (dever) de autopreservação, tendo em vista a condição destituída e impotente do homem solitário frente aos outros animais.

A ideia de um princípio de sociabilidade anterior à fundação do Estado é central à filosofia social e política de Smith. No entanto, ele desenvolveu uma fundação teórica diferente daquela sustentada por Pufendorf para pensar a interação humana. Smith buscou conscientemente se afastar do discurso de que a sociedade se funda originalmente nas necessidades humanas, e que os indivíduos se tornam sociáveis em função das vantagens materiais da cooperação. Esta concepção se assentava em premissas compartilhadas pela tradição do egoísmo moral, que implicavam um *déficit* ético à ideia de uma interação baseada no amor-próprio. Em contraste, para Smith, o princípio original da sociabilidade não é o interesse, como frequentemente dito, mas o desejo por estima merecida. Isso explica por que, em sua visão, a divisão do trabalho e a cooperação são consequências muito lentas e graduais de uma propensão desinteressada à troca (WN I.ii.1).

Este artigo busca contestar, portanto, interpretações que atribuem a Smith a ideia pufendorfiana de que a sociedade se funda na cooperação voltada à satisfação de necessidades básicas. Rosavanllon (1989 [1979]), Hont (1987; 2005; 2015), Kingsbury e Straumann (2010, p. 37-8) e Sagar (2018, p. 168-9) são alguns dos defensores dessa leitura. Fleischacker (2004, p. 142) também sugere a centralidade da necessidade de autopreservação ao dizer que, segundo Smith, sem a assistência dos outros, o ser humano seria incapaz de sobreviver. Haakonssen (1996, p. 131), por sua vez, pondera que, na visão de Smith, “We turn to other people not only out of need but out of curiosity or a spontaneous tendency to identify with the other, a tendency

³ A jurisprudência natural foi incorporada aos cursos de filosofia moral da Universidade de Glasgow em 1690 por meio da reforma curricular encabeçada por Gershom Carmichael, predecessor de Francis Hutcheson. O tratado resumido de Pufendorf, *De officio hominis et civis juxta legem naturalem* (1673), tornou-se a principal referência dos cursos de jurisprudência. Cf. Moore e Silverthorne (1983) e Lieberman (2006, p. 219-220).

which Smith calls ‘sympathy’”. Esta leitura é mais condizente com a tese defendida neste artigo. No entanto, argumenta-se mais explicitamente aqui que, na teoria de Smith, as necessidades são secundárias à sociabilidade.

Smith cita Pufendorf poucas vezes ao longo de suas obras, o que levou intérpretes como Berry (2013, p. 43-4) e Sagar (2018, p. 19, n. 41) a questionar a hipótese de influência levantada por Hont (1987). Com efeito, Hont apresenta uma interpretação complexa da obra de Pufendorf, imputando-lhe uma espécie de teoria fragmentada da história, mas não demonstra que sua leitura é condizente com a interpretação do próprio Smith. Este artigo não pretende analisar a hipótese da influência de Pufendorf sobre a formulação da teoria dos quatro estágios de Smith⁴. A tese defendida aqui é mais restrita, e não depende da suposição de uma forte influência do primeiro sobre o segundo. Busca-se mostrar apenas que a teoria da sociabilidade de Smith foi elaborada a partir de uma crítica à concepção de sociabilidade comumente atribuída a Pufendorf pelos filósofos morais da Universidade de Glasgow.

Propõe-se analisar essa crítica partindo de uma consideração da interpretação de Hutcheson, professor de Smith, a respeito da obra de Pufendorf⁵ (seção I). Busca-se mostrar que Smith seguiu a interpretação de Hutcheson (seção II), mas elaborou uma resposta diferente ao problema da fundação ética da sociabilidade, retendo a centralidade do amor-próprio, embora em outras bases (seção III). Por fim, apresenta-se evidência de que a tese smithiana de que a divisão do trabalho e a cooperação são uma consequência da propensão à troca representa uma rejeição da ideia de que a sociabilidade se funda nas necessidades e interesses humanos (seção IV).

I. A concepção de sociabilidade de Pufendorf na leitura de Francis Hutcheson

Em sua aula inaugural na Universidade de Glasgow⁶, Hutcheson (2006 [1730], p. 201) busca estabelecer “in what sense social life is natural to man, whether in the state of liberty or in the civil state”. Em primeiro, em relação ao estado de liberdade, ou a “society without government”. Para ele, a questão realmente controversa a ser enfrentada se refere aos

⁴ Sobre a relevância da teoria da propriedade de Pufendorf e de outros juristas naturais do século XVII para o surgimento da teoria social escocesa, ver os estudos de Medick (1981 [1973]), Meek (1976), Forbes (1982), Hont (1987) e Buckle (1993).

⁵ Portanto, propõe-se um percurso inverso ao de Hont (1987): nosso ponto de partida não é uma interpretação própria dos textos de Pufendorf, mas a forma como eles foram interpretados por Hutcheson e Smith. Por sua vez, Hont (2005, p. 38-40) sugere uma sintonia entre as interpretações de Hutcheson e Smith da obra de Pufendorf, mas dá a entender que o segundo não compartilha de fato da crítica do primeiro à ideia de que a utilidade é o fundamento primeiro da sociabilidade. Iremos contestar essa leitura.

⁶ A aula inaugural foi proferida em latim, e seu título original era *De Naturali Hominum Socialitate Oratio Inauguralis*. Segundo Hont (2005, p. 39, n. 72), o texto de Hutcheson foi reimpresso em 1756 pela Foulis Press. Temos como referência a tradução feita por M. Silverthorne, cujo título é *On the Natural Sociability of Mankind Inaugural Oration* (Hutcheson, 2006).

fundamentos da sociabilidade, ou à discussão sobre “with what part of our nature we are rendered apt and inclined to society” (*ibid.*, p. 195). Segundo Hutcheson, esse assunto não havia sido tratado adequadamente por importantes filósofos morais que reconheceram a sociabilidade como a fundação dos deveres sociais, como Grotius, Pufendorf e Cumberland⁷. Isso dera margem para o surgimento de teorias perniciosas a respeito do homem e da sociedade, como os sistemas de Hobbes e Mandeville (*ibid.*, p. 194-5).

Segundo Hutcheson, Pufendorf havia corretamente reconhecido que o homem é naturalmente sociável, no sentido de que:

“provided that all the forces and parts of man’s nature are taken into view, he is inclined and naturally fitted to lead a harmless life, to give mutual assistance, to protect and preserve others; and therefore he is equally naturally fitted for everything that is obviously conducive to these things” (Pufendorf, LNN, II.iii.4 *apud* Hutcheson, 2006, p. 201-2).

O homem possuiria naturalmente certas capacidades e atributos que o disporiam a viver pacificamente e cooperar com os outros. Hutcheson tem em mente duas coisas distintas, porém complementares. Em primeiro, o fato de que, de acordo com Pufendorf, “there is a resourcefulness in men, and abilities of mind and body, by which they can mutually help or hinder one another” (Hutcheson, 2006, p. 202). Em segundo, a ideia de que, para este jurista, a lei de natureza estabelece limites morais ao dever de autopreservação mesmo no estado de natureza, tornando-o um estado pacífico, embora miserável (LNN, II.ii.3)⁸. Nesse sentido, para Pufendorf, em oposição a Hobbes, o homem não seria naturalmente insociável e averso à companhia dos outros⁹.

No entanto, ao explicar quais atributos da natureza humana tornam o homem sociável e disposto à virtude, Pufendorf teria se alinhado aos epicuristas. Segundo Hutcheson (2006, p. 202), ele tomou o amor-próprio, “or the desire of each man for his own private pleasure or advantage”, como o único princípio da ação humana, e derivou deste sentimento todas as ações sociáveis e virtuosas. A beneficência e a disposição à cooperação, portanto, estariam fundadas no desejo por prazer, no cálculo das vantagens que resultam de uma conduta sociável. Em última instância, essa concepção implicaria que o reconhecimento das distinções morais e o

⁷ O reconhecimento da sociabilidade como a fundação dos direitos e deveres era uma visão alternativa às concepções voluntaristas da origem da moralidade e da obrigação civil, segundo as quais a obrigatoriedade das leis morais resultaria do fato de elas terem sido impostas por um superior (seja ele Deus, ou o soberano). Sobre isso, ver Haakonssen (1996).

⁸ Cf. Hutcheson (2006, p. 203): “He [Pufendorf] takes the position that knowledge of the great and good God and of the duty which he requires of us is easy for man; [...] And hence it is clear that God has fashioned us for social life, and all the duties of this life are taught by divine law, sanctioned by rewards and punishments, and whatever is contrary to that law is forbidden”.

⁹ Essa interpretação evidentemente impugna a tese de Hont (1987, p. 267; cf. 1994, p. 62-8) de que há também em Pufendorf a ideia de uma *unsocial sociability*.

respeito às obrigações sociais se assentam na consideração de interesses materiais. Portanto, a moralidade teria uma fundação egoísta¹⁰.

O problema parece girar em torno do fato de que, como notou Hutcheson (2006, p. 198-9, 202-3), Pufendorf havia assumido uma premissa problemática a respeito do “estado de natureza”, em razão da qual havia sido censurado por pensadores como Barbeyrac, Carmichael e Shaftesbury. Ele havia concebido o estado de natureza, de forma semelhante a Hobbes¹¹, como um estado miserável e de escassez, e a condição “natural” dos homens como solitária, repleta de necessidades e impotente. Os homens seriam incapazes de sobreviver sozinhos, sem a assistência dos outros, e, nesta medida, a sociedade seria necessária à sua subsistência e conforto¹². A conclusão era que, “According to this view of Pufendorf ’s, although social life does not seem to be natural to man immediately and for itself, nevertheless it would be right to consider it as natural in a secondary sense and certainly as necessary” (*ibid.*, p. 203).

Podemos sintetizar a interpretação de Hutcheson da seguinte maneira. Pufendorf havia dado um passo além de Hobbes ao mostrar que há no ser humano certos aspectos que o dispõem à vida social e a tornam necessária para sua felicidade, mesmo na ausência de qualquer autoridade ou governo civil. Não obstante, ao conceber a condição natural dos homens como um estado de indigência e de desamparo, e o amor-próprio como único princípio de ação, ele chegara à conclusão de que a sociedade é natural apenas como um meio de garantir a sua preservação e conforto materiais. Ao omitir aspectos importantes da natureza humana, Pufendorf parecia sugerir que a sociabilidade não possui uma fundação verdadeiramente ética, mas que é resultado da “necessidade, debilidade e indigência do homem” [“man’s want, weakness, and indigence”] (*ibid.*, p. 202).

If one does not look into the matter more deeply, one will conclude that men were driven into society merely by external advantage and dread of external evils, contrary to the nature of their hearts, contrary to all their natural desires and affections; in the same way in which hunger, thirst, and the fear of cold often compel men to endure heavy labors from which our nature shrinks (*ibid.*, p. 203).

Com efeito, Hutcheson admite, a sociedade é necessária para uma vida boa. “Without social life, such is the indigence of our nature, such the malignancy of external forces, that the human condition would be most miserable; yet by means of society our life can become safe, agreeable, happy, and in all respects desirable” (*ibid.*, p. 203). No entanto, a necessidade e o

¹⁰ Vale ressaltar, contudo, que Pufendorf (1729, p. 136: LNN, II.iii.14) buscou explicitamente se dissociar da visão epicurista, segundo a qual a busca pelo prazer constitui o único motivo de ação, tendo estabelecido a centralidade do amor-próprio em bases estoicas, ou seja, no fato de que cada um é por natureza mais sensível às próprias necessidades do que às dos outros.

¹¹ Pufendorf (1729, p. 105: LNN, II.ii.2) elogia Hobbes nos seguintes termos: “Hobbes has been lucky enough in painting the Inconveniences of such a State”. Em nota a este trecho, Barbeyrac afirma: “Our Author ought not to have approved Mr. *Hobbes*’ Words so generally”.

¹² Cf. Pufendorf (1729, p. 101-2, 136: LNN, II.i.8, II.ii.1-2, II.iii.14-5).

amor-próprio são razões meramente secundárias, e não o fundamento da sociabilidade, ou a causa mais importante pela qual a sociedade é natural aos homens. Nesse sentido, em *System of Moral Philosophy* (SMP), ele esclarece que a obrigação às leis morais, que recomendam a sociabilidade e a beneficência, não se funda na consideração da utilidade da vida social – a cooperação e a divisão do trabalho – para o aprimoramento das condições materiais dos homens. Esta consideração apenas reforça o dever fundado num senso moral natural (Hutcheson, 1755, p. 287-292: SMP II.4.v).

Em certo sentido, o núcleo da filosofia moral de Hutcheson pode ser entendido como uma tentativa de estabelecer as fundações éticas da sociabilidade a partir da ideia de um senso moral. Nesse sentido, por exemplo, ele apresenta uma distinção entre o bem moral e o bem natural, e enfatiza que o amor-próprio – ou o benefício privado – não é o fundamento do princípio que recomenda a aprovação de ações dotadas de valor moral (Hutcheson, 2004 [1725], p. 85-6, 91). Ele sublinha que, no sentido mais próprio da palavra, a obrigação moral não se funda na consideração de um interesse privado, mas é uma determinação da mente de aprovar e realizar ações benevolentes (*ibid.*, p. 176-7).

Não é o propósito deste artigo analisar a filosofia de Hutcheson. O parágrafo anterior tem em vista apenas ilustrar a relevância do problema legado por Pufendorf¹³ para a empreitada teórica deste filósofo moral. Argumentar-se-á que este problema também integra o núcleo das reflexões de seu aluno, Adam Smith.

Há um último aspecto relevante da interpretação de Hutcheson que deve ser sublinhado, pois dialoga com a interpretação de Smith. Hutcheson (2006, p. 198-9) realiza uma crítica de cunho teológico à ideia de que o “estado de natureza” do homem é uma condição solitária, indigente e impotente¹⁴. O problema surge de uma ambiguidade do termo “natural”, ou “de natureza”, que, embora não explicada por Hutcheson (*ibid.*, p. 198), é discutida explicitamente por Pufendorf¹⁵. De um ponto de vista teológico, o “estado de natureza” designava a condição do homem antes da Queda do Paraíso. Ela era representada como um estado de abundância, harmonia e perfeição moral, em que os homens se encontravam próximos de Deus. Neste sentido, o “natural” é o *télos* dos homens, ou o estado tencionado pela Providência. Por outro lado, o “natural” também poderia ser considerado como o oposto do adventício, ou adquirido.

¹³ E explorado por autores como Mandeville e Archibald Campbell, adversários contemporâneos de Hutcheson.

¹⁴ “I will not dwell on the utter abuse of words by which the state of nature is not only opposed to the civil state, but is also supposed to exclude all those things that are procured by human strength, diligence, or sagacity, and therefore prevents the exercise not only of our natural forces but also of some of our natural desires. In this usage, so long as he preserves his natural state, man is depicted (may God forgive the thought!) as a mute and naked animal, poor, solitary, nasty, dirty, rude, ignorant, timid, rapacious, aggressive, unsociable, incapable of giving or attracting love”.

¹⁵ Cf. Pufendorf (1729, p. 109: LNN, II.2.iv; 2002, p. 134-5).

Hutcheson (*ibid.*, p. 198-201) chama de blasfêmia a concepção hobbesiana do estado de natureza, adotada por Pufendorf com algumas modificações. Ele reserva o uso do termo para designar justamente a condição humana antes da Queda (Hont, 2005, p. 39; Moore, 2006, p. xix-xx). Trata-se do estado em que os indivíduos podem desenvolver ao máximo as faculdades e desejos originais da natureza humana, tal como concebida por Deus. Trata-se, portanto, de um estado cultivado, pacífico e de liberdade, distinto do estado civil: *a state of natural liberty*, ou *a state of liberty from human government*¹⁶. Hutcheson elimina, portanto, o estado de natureza de Pufendorf e funde-o ao “estado cultivado”, em que os homens vivem juntos e cooperam através do trabalho e da troca. O estado solitário, ou não-cultivado, segundo ele, não pode propriamente ser chamado de estado, pois não pode ser uma condição duradoura¹⁷. “‘Tis also a foolish abuse of words to call a state of absolute solitude a natural state to mankind, since in this condition neither could any of mankind come into being, or continue in it a few days without a miraculous interposition” (Hutcheson, 1755, p. 283: SMP, II.4.i).

Pufendorf (1729, p. 109: LNN, II.2.iv), no entanto, antecipando objeções, havia esclarecido que seu estado de natureza não era senão um *thought experiment* a serviço de um propósito analítico¹⁸. “A meer natural State is a Representation of Mens Condition abstracting from all human Institution; but doth not suppose that Nature intended Man for such a Way of Life”¹⁹. Esse ponto é importante, pois Smith também critica Pufendorf em razão do uso do conceito de estado de natureza (LJ (B), 2-3). Tentar-se-á mostrar, no entanto, que sua crítica é qualitativamente diferente da de Hutcheson.

II. A interpretação de Smith

Smith cita Pufendorf explicitamente poucas vezes em suas obras. Por si só, no entanto, isso não é evidência suficiente para descartar a hipótese da relevância deste jurista, tendo em vista que Smith é notoriamente econômico nas citações. Espera-se mostrar que o problema da fundação ética da sociabilidade e da origem da sociedade, tal como legado por Pufendorf, permanece relevante na filosofia moral de Smith. Esta seção argumenta que Smith seguiu a

¹⁶ Ver também Hutcheson (1755, p. 280-2: SMP, II.4.i).

¹⁷ “When we speak of the different states of men, by a state we do not mean any transient condition a man may be in for a little time, [...] but ‘a permanent condition including a long series of rights and obligations’” (Hutcheson, 1755, p. 280: SMP, II.4).

¹⁸ Sobre isso, ver Hont (1987, p. 256-7).

¹⁹ Em *Eris Scandica*, Pufendorf (2002, p. 134-5) esclarece ainda mais este ponto, explicando o triplo caráter de seu estado de natureza. Em primeiro, trata-se da natureza humana em oposição às bestas; em segundo, da condição humana na ausência da cultura, *i.e.*, a assistência e o conhecimento adquiridos por meio da assistência dos outros; em terceiro, por fim, trata-se de um estado de liberdade natural, em oposição ao estado civil, caracterizado pela submissão a uma autoridade comum.

interpretação de Hutcheson a respeito da obra de Pufendorf, mas que desenvolveu outro tipo de resposta à questão do sentido em que a sociedade é natural aos homens.

Tanto na TMS quanto nas *Lectures on Jurisprudence* (LJ), Smith apresenta um esboço fragmentado da história da filosofia moral moderna²⁰. Em sua visão, Hobbes ocupava um lugar central na história do debate sobre a natureza humana, a fundação da moralidade e da sociabilidade, que envolveu sucessivas gerações de pensadores. Segundo ele, a doutrina de Hobbes havia ofendido os teólogos, na medida em que tencionava subjugar a autoridade eclesiástica ao poder civil. Igualmente, ela fora ofensiva a um conjunto de moralistas, “as it supposed that there was no natural distinction between right and wrong, that these were mutable and changeable, and depended upon the mere arbitrary will of the civil magistrate” (TMS VII.iii.2.2).

Com efeito, Hobbes havia concebido o homem como um ser destituído de uma inclinação natural à sociabilidade e de um princípio original capaz de fundar a moralidade²¹. O homem seria naturalmente insociável, averso à companhia dos outros. Na ausência de uma autoridade reconhecida, isto é, no estado de natureza, os homens se encontrariam num estado de guerra de todos contra todos, e nenhuma sociedade seria possível²². A implicação mais importante disso é que, para Hobbes, é impossível pensar a sociedade de forma analiticamente dissociada do governo²³. Nos termos de Smith:

It is well known to have been the doctrine of Mr. Hobbes, that a state of nature is a state of war; and that antecedent to the institution of civil government there could be no safe or peaceable society among men. To preserve society, therefore, according to him, was to support civil government, and to destroy civil government was the same thing as to put an end to society (TMS VII.iii.2.1).

Para Hobbes, portanto, a condição e a natureza humanas seriam tais que a sociedade não é natural aos homens. Na leitura de Smith, em linha com Hutcheson, isso implicava que os homens seriam impelidos à sociedade, “contrary to the nature of their hearts” (Hutcheson), em função da necessidade de autopreservação e da percepção da utilidade de uma vida social. Esse seria um traço que, na visão de Smith, aproximava Hobbes, Pufendorf e Mandeville²⁴. Os três

²⁰ Cf. TMS VII.iii.2.1-3 e LJ (B), 1-3. Em TMS VII.iii.2.9, Smith enfatiza a contribuição histórica de Hutcheson para o debate. Na *Letter to the Authors of the Edinburgh Review* (1756; *Letter*), Smith comenta sobre as contribuições históricas de filósofos morais ingleses e franceses (EPS, 249-250).

²¹ Cf. Hobbes (1998 [1647], *De Cive*, I.2), em que este filósofo rejeita a concepção aristotélica de que o homem é por natureza um ser vivo político ou sociável. Temos como base a tradução inglesa feita por Richard Tuck e Michael Silverthorne da segunda edição latina, publicada em 1647. A referência indica o capítulo, em caractere romano, seguido do parágrafo, em arábico.

²² Cf. Hobbes (1998, *De Cive*, I.12).

²³ Em outras palavras, para Hobbes, a *sociedade* não é uma categoria independente do pensamento político. Ela é sempre pensada enquanto categoria política, isto é, enquanto *sociedade civil*.

²⁴ Smith comenta sobre Mandeville na *Letter*, comparando-o a Rousseau: “[...] according to the one [Mandeville], the misery of his [men’s] original state compelled him to have recourse to this otherwise disagreeable remedy [society]; [...]” (EPS, 250).

explicariam a origem da sociedade, das distinções morais e obrigações sociais a partir do amor-próprio – entendido aqui como “the desire of each man for his own private pleasure or advantage” (Hutcheson).

According to Mr. Hobbes, and many of his followers [Pufendorf, Mandeville, etc.], man is driven to take refuge in society, not by any natural love which he bears to his own kind, but because without the assistance of others he is incapable of subsisting with ease or safety. Society, upon this account, becomes necessary to him, and whatever tends to its support and welfare, he considers as having a remote tendency to his own interest; and, on the contrary, whatever is likely to disturb or destroy it, he regards as in some measure hurtful or pernicious to himself (TMS VII.iii.2.1).

Há um nítido acordo entre a leitura que Smith e Hutcheson fazem de Pufendorf enquanto um epicurista, que deriva a moralidade e a sociedade do amor-próprio. O discurso típico do egoísmo moral colocaria ênfase na miséria original do homem e em sua impotência; portanto, na necessidade da assistência dos outros e na utilidade da vida social, como as causas originais da associação humana. Para ambos, neste sentido, Pufendorf é um seguidor de Hobbes.

Assim como Hutcheson, no entanto, Smith reconhece que Pufendorf fez um movimento importante em relação a Hobbes. Ele sugere que Pufendorf se destacou entre os teólogos que criticaram Hobbes²⁵:

by endeavouring to shew that a state of nature was not a state of war but that society might subsist, tho' not in so harmonious a manner, without civil institutions. They endeavoured to shew that man in this state has certain rights belonging to him, such as a right to his body, to the fruits of his labour, and the fullfilling of contracts. With this design Puffendorf wrote his large treatise. The sole intention of the first part of it is to confute Hobbes [...] (LJ (B), 3).

Esta passagem indica que o “large treatise” de Pufendorf, *De Iure Naturae et Gentium* (1672), cumpriu um papel importante na história da filosofia moral. Pufendorf teria sido provavelmente o mais importante dos primeiros críticos da ideia de que a sociedade e a moralidade são instituídas pelo poder civil. Nos termos de Hont (1987, p. 256)²⁶, ele teria introduzido a possibilidade de pensar “a principle of society independent of and prior to the foundation of the *civitas*”. Ao tentar mostrar a existência de certos direitos no estado de natureza, Pufendorf defendia, contra Hobbes, a ideia de uma ordem moral anterior à fundação do Estado.

Smith via em Pufendorf exatamente os dois problemas apontados por Hutcheson, o que indica que ele estava seguindo a interpretação de seu professor. O primeiro problema, já mencionado, era o fato de Pufendorf estabelecer os interesses materiais como a causa da

²⁵ Ver também TMS VII.iii.2.3: “In order to confute so odious a doctrine, it was necessary to prove, that antecedent to all law or positive institution, the mind was naturally endowed with a faculty, by which it distinguished in certain actions and affections, the qualities of right, laudable, and virtuous, and in others those of wrong, blamable, and vicious”.

²⁶ Ver também Hont (2005, p. 45-6; 2015, p. 10-12).

sociedade, derivando os sentimentos morais, os direitos e os deveres sociais deste tipo de amor-próprio. Pufendorf (1729, p. 136-7: LNN, II.iii.15) havia dado margem para este tipo de interpretação²⁷ ao afirmar que, dada a indigência e impotência naturais dos homens, é *necessário* que eles sejam sociáveis para sobreviver. A sociabilidade seria uma lei de natureza, isto é, uma obrigação frente à necessidade de autopreservação²⁸.

O segundo problema provinha do fato de que Pufendorf buscara defender o direito natural valendo-se das armas analíticas de seu detrator, nomeadamente o método hobbesiano do estado de natureza (Hont, 1987). No entanto, segundo Smith, “it in reality serves no purpose to treat of the laws which would take place in a state of nature, or by what means succession to property was carried on, as there is no such state existing” (LJ (B), 3). Diferentemente de Hutcheson, a crítica de Smith não era “a crypto-theological one” (Hont, 2005, p. 39), mas uma crítica de cunho empirista. Era simplesmente inútil tratar dos fundamentos do direito natural e da sociedade a partir de uma abstração sem correspondência empírica.

Essa crítica aparentemente trivial tem implicações importantes. A primeira delas é que, de acordo com Smith, não existe um estado solitário e miserável; é um fato da experiência que os homens se encontram sempre em sociedade. Com efeito, em uma célebre passagem, Smith concebe, enquanto *thought experiment*, um homem que nasceu e cresceu fora da sociedade (TMS III.1.3)²⁹. Seu intuito é mostrar que, se isso fosse possível, essa criatura não seria um ser moral: ela não possuiria as ideias de certo e errado, justo e injusto, e tampouco seria capaz de julgar a si mesma. Igualmente, é evidente que ela não poderia pensar nas vantagens de uma vida social, logo esse não pode ser o motivo original que aproxima os homens uns dos outros.

A segunda implicação é justamente que uma análise correta das forças que unem os homens em sociedade precisa considerar a condição humana em circunstâncias realmente

²⁷ Ver, por exemplo, o endosso de Barbeyrac à crítica feita por Titius a Pufendorf. Em nota, ele afirma: “That our Author in settling Sociableness in that Manner, gives us Cause to believe, that every one’s private Advantage is the Foundation of Natural Right; because, according to him, if a Man becomes sociable, 'tis because he can’t preserve himself without it, nor enjoy such Conveniences of Life, as are necessary in this World. I own, that our own Interests will engage us to be sociable; but 'tis not therefore a Consequent [sic], that we must raise the Obligation of practising the Laws of Nature directly upon it; for there are Cases in which we must sacrifice our own Interest to others Advantage, and the Good of Society” (Pufendorf, 1729, p. 136: LNN, II.iii.15, n. 1).

²⁸ Cf. Pufendorf (1729, p. 137: LNN, II.iii.15): “Now that such a Creature may be preserv’d and supported, and may enjoy the good Things attending his Condition of Life, it is necessary that he be *social* [sic: *sociabile*, i.e., *sociable*][...]. This then will appear a fundamental Law of Nature, *Every Man ought, as far as in him lies, to promote and preserve a peaceful Sociableness with others, agreeable to the main End and Disposition of the Race in general*”.

²⁹ Comparar com Pufendorf (1729, p. 102-3: LNN, II.ii.2): “Now to form in our Minds some Image of this natural State, such as it would be, if destitute of all Arts and Assistances either invented by Men, or reveal’d by God, we must fancy a Man thrown at a Venture into the World, and then left intirely to himself, without receiving any farther Help or Benefit from others, than his bare Nativity; we must likewise suppose him to be furnish’d with no larger Endowments of Body or Mind, than such as we can now discover in Men, antecedent to all Culture and Information; and lastly, we must take it for granted, that he is not foster’d under the peculiar Care and Concern of Heaven. The Condition of such a Person could not prove otherwise than extremely miserable [...]”.

existentes. Embora o estado de natureza solitário não exista, há sociedades que, em certo sentido, se aproximam da condição “primitiva” da humanidade: sociedades sem governo, sem propriedade e sem divisão do trabalho. É preciso considerar essas sociedades, em conjunto com a natureza humana, para compreender qual princípio original torna a sociedade natural aos homens.

III. A crítica de Smith à sociabilidade de Pufendorf

Assim como Hutcheson, Smith admite que a cooperação e a divisão do trabalho são necessárias para uma vida “civilizada”. Nos primeiros capítulos da WN, ele sublinha a condição de dependência recíproca em que se encontram os indivíduos numa sociedade comercial no que tange à satisfação de suas necessidades. Igualmente, ele sublinha os benefícios da divisão do trabalho, explicando como ela possibilita uma elevação das forças produtivas e consequentemente a melhoria da condição de vida de todos.

Smith emprega uma linguagem próxima àquela utilizada por “Hobbes e seus seguidores”, dentre os quais Pufendorf e Mandeville, mas também Hume³⁰, ao apontar os benefícios da cooperação. Ele faz uma alusão à relativa impotência do homem frente aos outros animais para satisfazer suas necessidades e afirma que, em uma sociedade comercial, os indivíduos dependem da assistência dos outros para viverem bem. Igualmente, ele afirma que, nesta condição, o amor-próprio é o principal veículo da sociabilidade, ou seja, é o motivo mais relevante, ou predominante, no âmbito da interação social.

In civilized society he [man] stands at all times in need of the cooperation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons. In almost every other race of animals each individual, when it is grown up to maturity, is intirely independent, and in its natural state has occasion for the assistance of no other living creatures. But man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only (WN I.ii.2)³¹.

Essa semelhança levou muito intérpretes a afirmar que, para Smith, a utilidade, ou a cooperação voltada à satisfação de necessidades, seria o fundamento da sociedade³². O desejo de viver junto com os outros estaria baseado no fato de que os indivíduos precisam dos outros

³⁰ Ver, por exemplo, Hobbes (1983, p. 42, *De cive*, I.2), Mandeville (1988, ii.348-9) e Hume (2007, p. 311-2: T.3.2.2.2-3).

³¹ Ver também LJ (A), vi.8: “Man has received from the bounty of nature reason and ingenuity, art, contrivan(c)e, and capacity of improvement far superior to that which she has bestowed on any of the other animalls, but is at the same time in a much more helpless and destitute condition with regard to the support and comfort of his life”.

³² Rosavallon (1989 [1979]), Hont (1987; 2005; 2015), Kingsbury e Straumann (2010, p. 37-8) e Sagar (2018, p. 168-9) afirmam isso de forma categórica. Fleischacker (2004, p. 142) sugere isso, ao dizer que, segundo Smith, sem a assistência dos outros, o ser humano seria incapaz de sobreviver. Haakonssen (1996, p. 131), por sua vez, afirma que “We turn to other people not only out of need but out of curiosity or a spontaneous tendency to identify with the other, a tendency which Smith calls ‘sympathy’”.

para sobreviver “with ease and safety”. A consequência mais radical dessa tese é apresentada por Rosanvallon (1989). Segundo ele, essa seria a base de uma representação econômica da sociedade, em que o vínculo societário seria as necessidades e interesses humanos. O mercado seria uma forma harmônica, pacífica e equitativa de organização da sociedade, resolvendo o problema do conflito social e abolindo o político.

Essa interpretação falha em notar um ponto essencial que subjaz a filosofia moral e social Smith. As seções anteriores buscaram mostrar justamente que as teorias morais de Hutcheson e Smith tinham em comum uma crítica à ideia pufendorfiana de que o motivo primeiro que faz os homens se voltarem uns aos outros é a necessidade de autopreservação. Além de estar equivocada em termos descritivos, na leitura de ambos, faltava a essa representação do ser humano e da sociabilidade um conteúdo propriamente ético.

Como mencionado, Hutcheson (2004, p. 85-6) distinguiu o bem natural, entendido como o prazer oriundo da fruição das coisas úteis, do bem moral, associado ao prazer que se sente ao observar ações altruístas. O sentido desta distinção era sublinhar o estatuto amoral do amor-próprio, entendido como *interesse*, isto é, o desejo por vantagens externas. Segundo Hutcheson, há uma distinção qualitativa entre o prazer sentido diante da observação de uma boa ação e o prazer sentido pela obtenção de um benefício externo, ou pela posse de bens naturais. O primeiro suscita a aprovação e o amor do espectador pelo agente, mesmo quando aquele não espera obter nenhum benefício deste. O segundo tipo de prazer, por sua vez, não provoca nenhum tipo de aprovação ou amor nos espectadores, sendo exclusivamente individual. O primeiro é causado por um senso interno, o senso moral; o segundo, pelos sentidos externos³³.

Sabe-se que Smith criticou Hutcheson pela ideia de que o amor-próprio não pode ser um motivo de ação genuinamente moral (TMS VII.ii.3.12-3). É preciso notar, contudo, que, em certo sentido, Smith assumiu implicitamente a distinção conceitual estabelecida por seu professor. Mais precisamente, ele opera com uma versão própria da distinção entre o prazer natural e o prazer moral. Em sua teoria, o prazer que acompanha o sentimento de aprovação não tem qualquer relação com a expectativa de um benefício externo, mas se funda na simpatia de um espectador desinteressado (TMS I.i.2.1). E, inversamente, o prazer sentido pela posse de objetos externos, ou pela satisfação de necessidades naturais, em si mesmo, não possui valor moral.

Isso é evidenciado na crítica que Smith faz a Hume por estabelecer a utilidade como fundação do sentimento moral (TMS IV.2.3-4). Ele argumenta que a percepção da utilidade não é a causa primeira, nem a mais importante, do prazer que acompanha a aprovação moral. E que,

³³ Cf. TMS VII.iii.3.4-8, onde Smith discute a hipótese de Hutcheson do senso moral e a analogia com os sentidos externos.

embora esta percepção possa reforçar os sentimentos de aprovação e desaprovação, “they are originally and essentially different from this perception” (TMS IV.2.3). Smith quer dizer com isso que a percepção do que é útil para nós mesmos não envolve em si um sentimento moral. Mesmo um habitante solitário do estado de natureza hipotético, desprovido de moralidade, seria capaz de avaliar suas ações com respeito à sua utilidade privada.

[...] so far as the sentiment of approbation arises from the perception of this beauty of utility, it has no reference of any kind to the sentiments of others. If it was possible, therefore, that a person should grow up to manhood without any communication with society, his own actions might, notwithstanding, be agreeable or disagreeable to him on account of their tendency to his happiness or disadvantage (TMS IV.2.12).

O cerne da questão é que os sentimentos morais pressupõem a existência de um espectador de nossa conduta. Por isso, eles só existem em sociedade. Isso não significa, no entanto, que ações úteis a nós mesmos, ou ações movidas pelo interesse privado, nunca tenham valor moral (Hutcheson), mas que elas só adquirem esse valor quando se passa a julgá-las da perspectiva de um espectador externo. Neste caso, no entanto, o motivo de ação não é tanto o interesse, como veremos abaixo, mas o desejo de obter o reconhecimento do outro.

All such [moral] sentiments suppose the idea of some other being, who is the natural judge of the person that feels them; and it is only by sympathy with the decisions of this arbiter of his conduct, that he can conceive, either the triumph of self-applause, or the shame of self-condemnation (TMS IV.2.12).

Portanto, tanto Hutcheson quanto Smith pensam que a utilidade em si, tomada sem consideração pelos sentimentos dos outros, não é um motivo moral. Se entendido como o interesse pela própria preservação e conforto, o amor-próprio é um motivo moralmente neutro – ou imoral, quando viola as regras sociais. Quando tomado como o princípio que funda a moralidade e a sociabilidade, no entanto, este sentimento representa uma visão egoísta do ser humano. Este era o problema ético do sistema de Pufendorf, que o alinhava a Hobbes e Mandeville, na visão dos escoceses.

O primeiro aspecto que diferencia Smith desta tradição é que, para ele, não interessa discutir a questão da instituição da sociedade. Como mencionado, a sociedade é assumida como a condição natural dos seres humanos, uma premissa que, em Smith, é de natureza empírica. Nesse sentido, o problema do fundamento da sociedade e da sociabilidade diz respeito ao que mantém os indivíduos naturalmente unidos em sociedade, ou o que os faz desejarem viver juntos com os outros. Trata-se de uma questão de psicologia moral.

O segundo aspecto notável é que, de acordo com Smith, a preocupação com a própria preservação e conforto, em si mesma, é secundária à sociabilidade. As necessidades e as conveniências da vida são facilmente satisfeitas por “the wages of the meanest labourer” (TMS I.iii.2.1). Mesmo em “that rude state of society in which there is no division of labour, in which

exchanges are seldom made, and in which every man provides every thing for himself” (WN II.intro.1), as necessidades básicas são facilmente satisfeitas. Smith sugere uma imagem vagamente semelhante àquela do estado de natureza de Rousseau³⁴:

Every man endeavours to supply by his own industry his own occasional wants as they occur. When he is hungry, he goes to the forest to hunt; when his coat is worn out, he cloaths himself with the skin of the first large animal he kills: and when his hut begins to go to ruin, he repairs it, as well as he can, with the trees and the turf that are nearest it (WN II.intro.1).

Isso significa que, na visão de Smith, o interesse por bens naturais como meio de satisfazer necessidades básicas é um motivo fraco de ação. É certo que, por natureza, os indivíduos possuem apetites que lhes recomendam a preservação de si (TMS VI.i.1). E que, numa primeira fase de suas vidas, eles buscam “vantagens externas” somente para satisfazer necessidades. No entanto, com o início do processo de socialização, os objetos externos passam a ser desejados primordialmente como um meio de obter o merecido reconhecimento dos outros (TMS VI.i.3). Com efeito, como demonstrou Bee (2021), o reconhecimento do outro, e não a satisfação de necessidades, é, para Smith, o veículo primordial da sociabilidade.

Though it is in order to supply the necessities and conveniencies of the body, that the advantages of external fortune are originally recommended to us, yet we cannot live long in the world without perceiving that the respect of our equals, our credit and rank in the society we live in, depend very much upon the degree in which we possess, or are supposed to possess, those advantages. The desire of becoming the proper objects of this respect, of deserving and obtaining this credit and rank among our equals, is, perhaps, the strongest of all our desires, and our anxiety to obtain the advantages of fortune is accordingly much more excited and irritated by this desire, than by that of supplying all the necessities and conveniencies of the body, which are always very easily supplied (TMS VI.i.3).

É importante notar que o desejo por reconhecimento é um tipo específico de amor-próprio (Bee, 2021). Trata-se do desejo de obter a estima alheia na medida em que ela confirma o julgamento do indivíduo a respeito de seu próprio mérito. Smith distingue esse desejo de outros dois tipos de amor-próprio. De um lado, o desejo de obter estima a qualquer custo, sem nenhum mérito, e, de outro lado, o desejo pela aprovação de si mesmo, sem a estima dos outros (TMS VII.ii.4.8-10). No entanto, é possível distingui-lo ainda de uma quarta concepção de amor-próprio, a saber, o desejo por vantagens externas³⁵. A passagem citada acima indica

³⁴ Sobre o homem natural, afirma Rousseau (2002 [1755], p. 90): “I see an animal less strong than some, and less agile than others, but, upon the whole, the most advantageously organized of any: I see him satisfying his hunger under an oak, and his thirst at the first brook; I see him laying himself down to sleep at the foot of the same tree that afforded him his meal; and there are all his wants completely supplied”. Rousseau realiza certamente a mais poderosa crítica à *summa imbecillitas* de Pufendorf, que é mencionado explicitamente a este respeito (cf. Rousseau, 2002, p. 91). Smith comenta sobre a descrição de Rousseau do estado de natureza em EPS, 251.

³⁵ Como notou Force (2003, p. 42), trata-se do equivalente ao *amour de soi* de Rousseau, isto é, o instinto de autopreservação, que é moralmente neutro. Force se equivoca, no entanto, ao separar o amor-próprio da simpatia, como se fossem dois princípios de ação distintos. Assim, ele perde de vista que a vaidade, o desejo pela aprovação de si e o desejo por estima merecida são formas distintas de manifestação do amor-próprio. Ver também Hanley (2009, p. 116-7).

que, na visão de Smith, o desejo por reconhecimento explica amplamente o desejo por bens materiais.

Isso significa que, para Smith, os indivíduos desejam a sociedade em função do prazer que surge do reconhecimento recíproco, ou “the pleasure of mutual sympathy” (TMS I.i.2). Trata-se de um prazer moral, que é derivado da percepção da concordância entre a estima que o sujeito recebe dos outros e a sua própria autoestima. Nesse sentido, pode-se dizer que, para Smith, assim como para Pufendorf, o amor-próprio é o veículo da sociabilidade. No entanto, trata-se uma concepção diferente de amor-próprio, elaborada a partir de uma revisão das premissas da antropologia epicurista que, na visão dos escoceses, caracterizava o egoísmo moral.

A resposta de Smith marca também sua divergência com a filosofia de Hutcheson. De acordo com o último, o amor-próprio não possui nenhuma dimensão ética. “Dr. Hutcheson was so far from allowing self-love to be in any case a motive of virtuous actions, that even a regard to the pleasure of self-approbation, [...] according to him, diminished the merit of a benevolent action”. Para Smith, essa era uma opinião descritivamente errada, uma vez que: “In the common judgments of mankind, [...] this regard to the approbation of our own minds [...] is rather looked upon as the sole motive which deserves the appellation of virtuous” (TMS VII.ii.3.13).

IV. A divisão do trabalho e a propensão à troca

A ideia de que o desejo por estima merecida é o veículo da sociabilidade explica um outro aspecto distintivo da teoria de Smith: a tese de que a divisão do trabalho é uma “very slow and gradual consequence”, e não a causa, da troca (WN I.ii.1)³⁶. Como mostrou Bee (2021, p. 133-5), para Smith, a propensão à troca se funda no desejo de obter o crédito e a estima merecida do outro, ou no desejo de persuadir o outro de que realmente merecemos sua estima. Isso é evidenciado pelo fato de que, originalmente, os indivíduos trocam mesmo na ausência de um interesse material, visto que eles não têm consciência das vantagens da especialização. Assim, a troca é uma forma dos indivíduos obterem o reconhecimento do outro no que tange ao valor daquilo que produziram – e, portanto, no que tange ao seu próprio mérito. O equivalente dado na troca serve como possível confirmação da estimização feita pelos indivíduos quanto ao valor de seus “good offices”.

Portanto, não são as necessidades e os interesses o que originalmente leva os indivíduos a dividirem o trabalho e a trocarem seus produtos. A consciência das vantagens da

³⁶ Sobre a importância dessa ideia, ver Rosanvallon (1989, p. 74-5).

especialização e, portanto, o interesse, é posterior à troca, sendo um motivo subsidiário – e não o fundamento – da sociabilidade.

A tese defendida nesta seção é que Smith conscientemente introduziu a propensão à troca como forma de se dissociar da visão de que as necessidades são a causa motriz da interação humana. Com efeito, Smith poderia ter afirmado que a divisão do trabalho é causada pelas necessidades e interesses, mas o fato de não tê-lo feito não é fortuito. Embora este aspecto tenha passado despercebido por grande parte dos intérpretes³⁷, ele foi notado por alguns dos primeiros comentadores da WN. Em especial, as objeções levantadas por Thomas Pownall (1722-1805) em sua carta aberta a Smith são evidência surpreendente da tese defendida aqui³⁸.

Pownall, um importante funcionário do Império Britânico, corretamente percebeu a profundidade da discussão contida nos primeiros capítulos da WN. Em sua visão, tratava-se de uma investigação analítica sobre os princípios que movem os indivíduos ao trabalho e à cooperação, e atuam como a causa motriz da comunidade e do governo. Smith teria dado uma contribuição ímpar “that might fix some first principles in the most important of sciences, the knowledge of the human community, and its operations” (CAS, 337). Ou seja, Pownall corretamente percebeu que os primeiros capítulos da obra integram um debate a respeito da sociabilidade e da sociedade.

No entanto, segundo ele, há nos primeiros capítulos “some aberrations from the exact line of demonstration in the deductive part” (CAS, 337-8) que poderiam trazer consequências teóricas perniciosas. Pownall critica então a hipótese de uma propensão original à troca, dizendo que Smith havia interrompido a análise antes de descobrir a verdadeira causa da divisão do trabalho (CAS, 338). O perigo dessa ideia seria fundar a comunidade em uma inclinação inconstante e voluntária, tornando a sociedade e o governo aparentemente contingentes, não necessários, ou *não naturais*. Curiosamente, a propensão à troca sugeriria conclusões hobbesianas.

It is not in the voluntary desires, much less in a capricious ‘*propensity to barter*,’ that this first principle of community resides; it is not a consequence of reason and speech actuating this propensity, it is interwoven with the essence of our nature, and is there in the progress of, and as part of that nature, the creating and efficient cause of government; of government as the *true state of nature to man*, not as an artificial succedaneum to an imagined theoretic state of nature (CAS, 339).

³⁷ Hont (1987, p. 255-6) é uma exceção. Hont, no entanto, não percebe a implicação mais importante dos comentários de Pownall a respeito da propensão à troca – e que vai contra sua própria interpretação.

³⁸ *A Letter from Governor Pownall to Adam Smith, LL.D.F.R.S., being an Examination of Several Points of Doctrine, laid down in his 'Inquiry in to the Nature and Causes of the Wealth of Nations' (London, 1776)*. Essa carta se encontra no Apêndice A da *Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*, vol. 7 (Smith, 1987, p. 337-376). As referências a esta carta são feitas indicando a sigla de *Correspondence of Adam Smith* (CAS), seguida de vírgula e da página em questão.

Segundo Pownall, a comunidade humana tinha uma causa *necessária*, que tornava a sociedade e o governo indispensáveis: a combinação das capacidades limitadas dos indivíduos e a extensão de suas necessidades. Os indivíduos precisariam viver juntos por serem incapazes de satisfazer sozinhos suas necessidades. Suas habilidades lhes possibilitariam se especializar na produção de artigos específicos, que satisfazem parte de suas necessidades, e cuja quantidade ultrapassa o necessário para si, constituindo um excedente. Assim, cada um perceberia que tem mais do que precisa de certo bem, e que pode trocar a quantidade excedente por outros bens, produzidos por outrem, dos quais necessita (CAS, 338-9).

Before a man can have the propensity to barter, he must have acquired somewhat, which he does not want himself, and must feel, that there is something which he does want, that another person has in his way acquired; a man has not a propensity to acquire, especially by labour, either the thing which he does not want, or more than he wants, even of necessities; [...] Nature has so formed us, as that the labour of each must take one special direction, in preference to, and to the exclusion of some other equally necessary line of labour, by which direction of his labour, he will be but partially and imperfectly supplied. Yet while each take a different line of labour, the channels of all are abundantly supplied (CAS, 338).

O ponto de Pownall é que não faz sentido existir troca sem interesse, ou sem uma prévia especialização. A divisão do trabalho seria a causa da troca, e não o contrário. Os indivíduos trocam porque é vantajoso fazê-lo, pois assim podem satisfazer suas necessidades básicas. A divisão do trabalho seria um processo natural, o resultado *imediato* das diferentes capacidades e habilidades dos indivíduos, e da percepção de que eles podem obter o que precisam ao trocar seu excedente com os outros. Portanto, a sociedade e o governo seriam naturais aos seres humanos em razão da necessidade de preservação e conforto. Trata-se de uma objeção pufendorfiana à hipótese de Smith a respeito das causas da divisão do trabalho e da sociedade.

Man's wants and desires require to be supplied through many channels; his labour will more than supply him in some one or more; but through the limitation and the defined direction of his capacities he cannot actuate them all. This limitation, however, of his capacities, and the extent of his wants, necessarily creates to each man an accumulation of some articles of supply, and a defect of others, and is the original principle of his nature, which creates, by a reciprocation of wants, the necessity of an intercommunion of mutual supplies; this is the forming cause, not only of the division of labour, but the efficient cause of that community, which is the basis and origin of civil government; for, by necessarily creating an inequality of accumulation, and a consequential subordination of classes and orders of men, it puts the community under that form, and that organization of powers, which is government (CAS, 338-9).

Os comentários de Pownall foram publicados em 1776, e se referiam à primeira edição da WN. Em 1778, Smith publicou uma segunda edição revisada, com alterações de pequeno porte, algumas das quais em resposta a objeções levantadas por Pownall³⁹. Isso indica que Smith

³⁹ Cf., por exemplo, WN I.v.7, em que Smith fez alterações no sentido de explicar melhor a ideia de que quantidades iguais de trabalho têm sempre o mesmo valor para o trabalhador. Essa havia sido uma objeção específica feita por Pownall (CAS, 344-5).

levou a sério a carta aberta publicada por ele. Em correspondência com Andreas Holt, em outubro de 1780, ele chega a dizer que: “In the second edition I flattered myself that I had obviated all the objections of Governor Pownal” (CAS, 250). Ora, isso é evidência de que, ao manter a hipótese de uma propensão à troca, Smith discordava da concepção de Pownall a respeito das causas originais da sociedade e do governo. Indiretamente, isso serve de confirmação à hipótese de que, para Smith, as necessidades não são o fundamento da sociabilidade e da sociedade. Os indivíduos desejam viver juntos primordialmente por causa do prazer moral que sentem com o reconhecimento mútuo de seus méritos e serviços.

Conclusão

As críticas de Smith à concepção pufendorfiana de sociabilidade significam que, em sua visão, a necessidade de autopreservação não é a causa motriz da sociedade humana. Os indivíduos não se mantêm juntos primordialmente porque, do contrário, pereceriam, ou viveriam sem conforto. Eles o fazem deliberadamente, pois sentem prazer em viver juntos. O ser humano possui um princípio natural de sociabilidade, a simpatia, que o dispõe a sair de si em direção ao outro, de forma desinteressada, e a voltar a si de forma mediada pelo julgamento do outro, confirmando sua autoestima através do reconhecimento do outro. O desejo mais poderoso que mantém os indivíduos juntos é a ânsia de obter estima e amor merecidos, dos quais depende sua realização enquanto seres morais.

A implicação mais importante dessa representação da sociabilidade é que o comércio não é simplesmente uma forma de satisfação de necessidades físicas, mas primordialmente um sistema de necessidades morais. Isso revela o sentido maior da revisão feita por Smith nas premissas da antropologia da tradição do egoísmo moral – e, em particular, no conceito de amor-próprio. Assim como Pufendorf, Smith pensa a origem da sociabilidade e da sociedade de forma separada e independente do poder político e das leis. No entanto, essa representação da sociedade possui agora um conteúdo ético genuíno, que confere ao comércio, às trocas e à divisão do trabalho o estatuto de uma forma de manifestação da vida moral.

Referências

- BEE, M. The pleasure of exchange: Adam Smith's third kind of self-love. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 43, n. 1, p. 118-140, 2021.
- BERRY, C. **The Idea of Commercial Society in the Scottish Enlightenment**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.
- BUCKLE, S. **Natural Law and the Theory of Property: Grotius to Hume**. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- FLEISCHACKER, S. **On Adam Smith's Wealth of Nations: a philosophical companion**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- FORBES, D. Natural law and the Scottish Enlightenment. In: CAMPBELL, R. H.; SKINNER, A. S. (eds.). **The Origins and Nature of the Scottish Enlightenment**. Edinburgh: John Donald, p. 186-204, 1982.
- FORCE, P. **Self-Interest before Adam Smith: A Genealogy of Economic Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HAAKONSSSEN, K. **Natural law and moral philosophy: from Grotius to the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HANLEY, R. **Adam Smith and the Character of Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HOBBS, T. **De Cive**. The English Version. The Clarendon Edition of the Philosophical Works of Thomas Hobbes. Edited by Howard Warrender. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- HOBBS, T. **On the Citizen**. Cambridge Texts in the History of Political Thought. Edited and translated from the Latin by Richard Tuck and Michael Silverthorne. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HONT, I. The language of sociability and commerce: Samuel Pufendorf and the theoretical foundations of the 'Four-Stages Theory'. In: PAGDEN, A. (ed.). **The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 253-276, 1987.
- HONT, I. Commercial society and political theory in the eighteenth century: The problem of authority in David Hume and Adam Smith. In: Melching, W, Velema, W (eds). **Main Trends in Cultural History: Ten Essays**. Amsterdam: Rodopi, p. 54-94, 1994.
- HONT, I. **Jealousy of Trade: international competition and the nation-state in historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HONT, I. **Politics in Commercial Society: Jean-Jacques Rousseau and Adam Smith**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2015.
- HUME, D. **A Treatise of Human Nature**. Edited by D. F. Norton and M. J. Norton. Oxford: Clarendon Press, 2007.

HUTCHESON, F. **A System Of Moral Philosophy**. In Three Books. Glasgow, London: R. and A. Foulis; A. Millar; T. Longman, 1755.

HUTCHESON, F. **An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue**; In Two Treatises. Edited and with an Introduction by Wolfgang Leidhold. Liberty Fund: Indianapolis, 2004.

HUTCHESON, F. On the Natural Sociability of Mankind, Inaugural Oration. HUTCHESON, F. **Logic, Metaphysics, and the natural sociability of mankind**. Edited by James Moore and Michael Silverthorne. Indianapolis: Liberty Fund, p. 189-216, 2006.

KINGSBURY, B.; STRAUMANN, B. The state of nature and commercial sociability in early modern international legal thought. **Grotiana**, v. 31, n. 1, p. 22-43, 2010.

LIEBERMAN, D. Adam Smith on Justice, Rights, and Law. In: HAAKONSSSEN, K. (ed.). **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 214-245, 2006.

MANDEVILLE, B. **The Fable of the Bees**: or, Private Vices, Publick Benefits. With a commentary critical, historical, and explanatory by F. B. Kaye. Indianapolis: Liberty Fund, vol. I and II, 1988.

MEDICK, H. **Naturzustand und Naturgeschichte der bürgerlichen Gesellschaft**. 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1981.

MEEK, R. **Social Science and the Ignoble Savage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

MOORE, J. Introduction. In: HUTCHESON, F. **Logic, Metaphysics, and the natural sociability of mankind**. Edited by James Moore and Michael Silverthorne. Indianapolis: Liberty Fund, p. ix-xxvii, 2006.

MOORE, J.; SILVERTHORNE, M. Gershom Carmichael and the natural jurisprudence tradition in eighteenth-century Scotland. In: HONT, I.; IGNATIEFF, M. (eds.). **Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 73-89, 1983.

PUFENDORF, S. **Of the Law of Nature and Nations**. Eight Books. Translated from the latin by Basil Kennett. 4th edition. London: Printed for Walthoe, Wilkin, and Bonwicke, Birt, Ward, and Osborne, 1729.

PUFENDORF, S. Eris Scandica und andere polemische Schriften über das Naturrecht. Herausgegeben von Fiammeta Palladini. In: SCHMIDT-BIGGEMANN, W. (Hgg.). **Samuel Pufendorf. Gesammelte Werke**. Band 5. Berlin: Akademie Verlag, 2002.

ROSANVALLON, P. **Le libéralisme économique. Histoire de l'idée de marché**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

ROUSSEAU, J. The Second Discourse: Discourse on the Origin and Foundations of Inequality Among Mankind. In: DUNN, S (ed.). **The Social Contract and the First and Second Discourses**. New York: Vail-Ballou Press, p. 69-148, 2002.

SAGAR, P. **The Opinion of Mankind**. Sociability and the Theory of the State from Hobbes to Smith. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Edited by R. H. Campbell and A. S. Skinner. Indianapolis: Liberty Press, v. I e II, 1981.

SMITH, A. **Lectures on Jurisprudence**. Edited by R. L. Meek, D. D. Raphael and P. G. Stein. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

SMITH, A. **Essays on Philosophical Subjects**. Edited by W. P. D. Wightman and J. C. Bryce. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

SMITH, A. **The Theory of Moral Sentiments**. Edited by D. D. Raphael and A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

SMITH, A. **The Correspondence of Adam Smith**. Edited by E. C. Mossner and I. S. Ross. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.